

1 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO**
2 **ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2022.**

3 Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e dezenove minutos, no
4 auditório do CASS da Prefeitura do Cidade do Rio de Janeiro, reuniram-se representantes do Conselho
5 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA-Rio, com a presença dos conselheiros,
6 titulares e suplentes, e demais participantes, para tratar dos seguintes assuntos: **1- Aprovação da ata da**
7 **assembleia do dia 11/07/2022; 2- Deliberação Plano de Aplicação 2022 – alteração; 3- Deliberação**
8 **Plano de Aplicação 2023; 4- Deliberação Edital Itaú Social; 5- Deliberação Comissão Eleitoral –**
9 **Eleição Conselhos Tutelares; 6- Deliberação Registro/Regularidade de entidades; 7- Informes das**
10 **Comissões e Grupos de Trabalho; 8- Informes Gerais.** O presidente Carlos Laudelino deu início à
11 reunião agradecendo os presentes e falando da alegria em realizar a primeira assembleia presencial desde
12 a pandemia. Falou, também, que a ideia era realizar uma assembleia virtual, uma presencial e uma
13 descentralizada. Em seguida, realizou a leitura da pauta. **1- Aprovação da ata da assembleia do dia**
14 **11/07/2022:** a conselheira Patrícia Coda fez a leitura da ata, sendo aprovada por unanimidade. **2-**
15 **Deliberação Plano de Aplicação 2022 – alteração:** o presidente Carlos Laudelino explicou que o
16 FMADCA estava com saldo de dezessete milhões e que para liberar o chamamento público estava
17 dependendo da homologação, reforçando os esforços realizados pelas duas gestões do CMDCA. Informou
18 que a Controladoria Geral do Município disponibilizou dez milhões e foram solicitadas informações sobre o
19 restante de recursos e a informação foi que cinco milhões eram oriundos de um Termo de Ajuste de
20 Conduta - TAC depositado na Fonte 100. A senhora Lucimar Correa perguntou sobre o valor destinado ao
21 chamamento público de dez milhões para a sociedade civil e quatro milhões para apoio a ações
22 governamentais. O presidente Carlos Laudelino esclareceu que havia a necessidade de ajustes de valores,
23 sendo em torno de seis milhões para o chamamento público da sociedade civil (valor das propostas
24 aceitas) e dois milhões para as ações governamentais; por isso a urgência na alteração do Plano de
25 Aplicação 2022. A vice-presidente Érica Arruda informou que o valor do TAC seria resgatado
26 posteriormente, além disso teriam valores a serem repassados para a São Martinho em relação aos
27 recursos da Covid-19, que demorou em função de pendências documentais. Falou, também, que todas as
28 decisões foram amplamente dialogadas e com respaldo em notas de empenho e documentos da
29 Controladoria Geral do Município. Tão logo os demais recursos fossem liberados, seriam utilizados em
30 novo chamamento público, como já deliberado. Após a leitura, a deliberação foi aprovada por
31 unanimidade. **3- Deliberação Plano de Aplicação 2023:** o presidente Carlos Laudelino explicou que se
32 tratava de uma previsão orçamentária e que o valor seria aumentado à medida que tivessem novas
33 captações de recursos. Após a leitura, a deliberação foi aprovada por unanimidade. **4- Deliberação Edital**
34 **Itaú Social:** o conselheiro Guilherme Maltarollo explicou que as propostas precisariam ser enviadas ao
35 CMDCA, que selecionaria uma proposta a ser encaminhada ao Itaú Social, com prazo máximo de quatorze
36 de outubro. A conselheira Patrícia Coda complementou, explicando que não seriam as entidades que
37 fariam a inscrição e sim o CMDCA que faria a seleção e inscrição no site do Itaú Social. A senhora Vânia
38 Dutra falou que anualmente ocorria a seleção do Itaú Social e sugeriu um grupo contínuo para essa ação.
39 O conselheiro Guilherme Maltarollo respondeu que o edital era alterado a cada seleção e lembrou que a
40 cidade do Rio de Janeiro não estava na listagem de prioridades para o Itaú Social e sim as pequenas
41 cidades, mas como o município do Rio de Janeiro era o único a possuir um Plano de Enfrentamento às
42 Violências Sexuais contra Crianças e Adolescentes, o colegiado decidiu participar. A senhora Maria
43 America Diniz Reis falou que um dos critérios eliminatórios era o fato do município não possuir o
44 diagnóstico da criança e do adolescente. E reforçou a necessidade de capacitação das entidades para
45 concorrerem a editais de seleção de projetos. A senhora Lucimar Correa ponderou que o recurso de 250
46 mil reais era impeditivo de atendimento de um número maior de pessoas, por isso a seleção de cidades
47 pequenas. E questionou se valia a pena tantos esforços. Dando seguimento, a deliberação foi posta e
48 votação e aprovada por unanimidade. A senhora Maria America Diniz Reis falou sobre o diagnóstico da
49 criança e do adolescente em andamento e que 158 entidades já tinham respondido ao questionário. A
50 necessidade era de uma ação de sensibilização com os conselheiros tutelares para responderem ao
51 questionário. Ela falou, também, sobre a roda de conversa e o grupo focal, envolvendo adolescentes. **5-**
52 **Deliberação Comissão Eleitoral – Eleição Conselhos Tutelares:** o presidente Carlos Laudelino falou da
53 importância da comissão para elaborar o edital e com o uso do processo.rio todos os documentos
54 deveriam ser entregues de modo digital e havia a necessidade de se pensar em alternativas para a
55 inscrição de candidatos. A vice-presidente agradeceu a participação dos conselheiros na referida
56 comissão, uma vez que estava tendo dificuldades com a participação dos representantes governamentais.

57 Após a leitura, a deliberação foi aprovada por unanimidade. A vice-presidente Érica Arruda falou de uma
58 reunião ocorrida com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e que eles estavam
59 acompanhando o processo de eleição dos conselhos tutelares, em parceria com o Conanda. Uma das
60 sugestões deles era de se exigir o uso do Sipia como pré-requisito de inscrição dos conselheiros tutelares
61 para reeleição. A senhora Regina Leão informou que o Conanda fez uma recomendação do uso do Sipia e
62 reforçou a necessidade de se ter condições de funcionamento. O conselheiro tutelar Rodrigo Coelho
63 endossou a importância do Sipia, mas que não havia condições de funcionamento do mesmo e que esse
64 critério seria preocupante. A senhora Nancy Torres perguntou sobre o Comitê Gestor do Sipia e a vice-
65 presidente Érica Arruda explicou que a exigência era de um comitê gestor estadual, mas que o CMDCA
66 exercia esse monitoramento. Após exposições e sugestões de visitas aos conselhos tutelares, foi
67 reforçada a importância de os conselheiros tutelares responderem os questionários do diagnóstico da
68 criança e do adolescente na cidade do Rio de Janeiro. **6- Deliberação Registro/Regularidade de**
69 **entidades:** a senhora Lucimar Correa elogiou a Comissão de Garantia de Direitos pela quantidade de
70 entidades analisadas e lembrou que o registro no CMDCA deve significar também participações e
71 contribuições das entidades. Após leitura, a deliberação foi aprovada por unanimidade. O presidente
72 Carlos Laudelino lamentou o cancelamento do registro da entidade Romão Duarte pelo encerramento das
73 atividades, por se tratar de uma instituição histórica. **7- Informes das Comissões e Grupos de Trabalho:**
74 **a) Comissão de Garantia de Direitos:** foram analisados 26 processos e discutido o calendário de visitas
75 às entidades e talvez aos conselhos tutelares; **b) Comissão de Orçamento:** trabalho árduo e exaustivo,
76 com ausência dos conselheiros governamentais e a garantia de que o edital 40/2021 seria homologado; **c)**
77 **Comissão de Comunicação:** arte para a Conferência Municipal e Mascote do CMDCA; **d) Comissão de**
78 **Políticas Públicas:** com atividades acontecendo nos Grupos de Trabalho da 1ª Infância e de
79 Apadrinhamento e proposta de cronogramas e divisão em quatro eixos: assistência social, saúde,
80 educação, violência; **e) GT da verba dirigida:** após treze anos a conquista do veto à lei, ou seja, a decisão
81 de constitucionalidade da verba dirigida, de projetos de captação de recursos, mas depende das análises
82 das questões estaduais e do Conanda; **f) GT de Rua:** colhendo contribuições das secretarias e com
83 previsão de entrega em 2022; **g) GT Conferência:** pré-conferências presenciais em setembro e
84 conferência híbrida nos dias trinta de novembro e primeiro de dezembro. Foi realizada reunião com as
85 Coordenadorias de Assistência Social e Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente - GDEP.
86 **8. Informes:** Rio Cidade Cidadã - evento no dia 26/08 CMDCA iria participar com material de divulgação e
87 exposição de vídeos educativos; Acompanhamento dos processos de certidões de crédito a favor do
88 FMADCA pela assessoria jurídica. Não havendo mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às
89 16h42 e a ata segue assinada pelo Presidente e pelas Primeira e Segunda Secretárias, em 08 de agosto
90 de 2022.

91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101

Carlos Roberto Laudelino
Presidente

Patrícia Coda Muniz Barbieri
Primeira Secretária

Cláudia Valéria Alves Afonso
Segunda Secretária